

História de vida como método de captação de representações sociais

History of life as a method of collection of social representations

Historia de la vida como método de captación de representaciones sociales

• • •

Sílvio Éder Dias da Silva^{1*}, Maria I. Coelho de Souza Padilha²,
Jeferson Santos A.³

Recibido: Agosto de 2013. Aceptado: Marzo de 2014.

Citación Vancouver: Dias da Silva SE, Padilha MICS, Santos J. Historia de vida como método de captação de representações sociais. *Salud Soc. Uptc.* 2014;1(1): pp. 43-49.

Resumo

A Teoria das Representações Sociais teve seu início na França, na década de 1950, quando o psicólogo social Serge Moscovici buscou entender como a psicanálise, um novo saber especializado, era compreendido pela sociedade francesa. Este artigo apresenta uma reflexão sobre o emprego do método de História de vida como uma estratégia de captar representações sociais. Na primeira parte trata-se da teoria das representações sociais trazendo um breve histórico sobre a teoria; na segunda parte, evidencia-se o método de história de vida e seu entrelaçamento com a história oral e com a memória social. Por fim destaca-se que o método de história de vida pode ser aplicada nos estudos que envolvem a teoria das representações sociais como um forma de captar as mesmas.

Palavras chave: Enfermagem, Psicologia Social, Educação em Enfermagem, Cuidado de Enfermagem, História. (Fonte: DeCs).

Abstract

The Theory of Social Representations in France had its beginnings in the 1950s, when social psychologist Serge Moscovici sought to understand how psychoanalysis,

a new specialized knowledge, was understood by the French society. This article presents a reflection on the use of the method of life history as a strategy to capture social representations. In the first part comes from the theory of social representations bringing a brief history of the theory, in the second half shows the method of life history and its relationship with oral history and social memory. Finally it is emphasized that the method of life history can be applied in studies involving the theory of social representations as a way to capture them.

Keywords: Nursing, Psychology Social, Nursing Education, Nursing Care, History. (Source: DeCs).

Resumen

La Teoría de las Representaciones Sociales tuvo sus comienzos en Francia, en la década de 1950, cuando el psicólogo social Serge Moscovici trató de comprender cómo el psicoanálisis, un nuevo conocimiento especializado, era entendido por la sociedad francesa. Este artículo presenta una reflexión sobre el uso del método de la historia de vida como una estrategia para captar las representaciones sociales. En la primera parte viene de la teoría de las representaciones sociales llevando una breve historia de la teoría, en la segunda mitad muestra el método de la historia

1 Universidade Federal do Pará. (Belém – Brasil).

2 Universidade Federal de Santa Catarina. (Santa Catarina – Brasil).

3 Universidade de São Paulo. (São Paulo – Brasil).

* Autor para correspondencia: silvioeder2003@yahoo.com.br

de la vida y su relación con la historia oral y la memoria social. Finalmente se destaca que el método de la historia de vida puede ser aplicado en los estudios con la Teoría de las Representaciones Sociales como una forma de captar dichas representaciones.

Palabras clave: Enfermería, Psicología Social, Educación en Enfermería, Atención de Enfermería, Historia. (Fuente: DeCs).

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A teoria das representações sociais teve seu início na França, na década de 1950, quando o psicólogo social Serge Moscovici buscou entender como a psicanálise, um novo saber especializado, era compreendido pela sociedade francesa naquela época. A partir desse estudo, ele conseguiu compreender como um objeto científico torna-se objeto do senso comum. Esse trabalho foi publicado em sua obra "A psicanálise, sua imagem e seu público", que lhe concedeu o título de "criador da Teoria das Representações Sociais" (1). As representações sociais visam integrar um fenômeno social não-familiar, que, por ser desconhecido, gera medo e ansiedade, ao conhecimento que os indivíduos e grupos dispõem sobre seu cotidiano. Por tal motivo, é necessária a sua assimilação ao referencial conceitual dos indivíduos, para que possa se tornar familiar (2). Isso ocorre também quando se apresenta determinado conhecimento especializado (reificado) a um determinado grupo social, e a partir de sua apresentação ele é re-elaborado, tornando-se uma nova forma de conhecimento, denominado de consensual, decorrente das conversações e do consenso entre os membros de um determinado grupo social. As representações sociais são uma forma de conhecimento socialmente organizado e partilhado, que tem objetivo prático e colabora para a constituição de uma realidade comum a um grupo social, podendo ser entendido como saber de senso comum ou ainda saber natural. Essa forma de conhecimento é distinta, entre outras, do conhecimento científico. Entretanto, é tida como um objeto de estudo legítimo da própria ciência. Ele apresenta relevância para a vida social já que indica processos cognitivos encarnados nas interações sociais. As representações sociais são reconhecidas como sistemas de interpretação que dirigem nossa relação com o mundo e com os outros. Elas norteiam e estabelecem as condutas e as comunicações sociais. Da mesma forma, elas intervêm em processos variados, tais como a difusão e a assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão de grupos e as transformações sociais (3). A teoria das representações sociais é abrangente, pois utiliza conceitos sobre atitudes, opiniões, imagens e outros, não os excluindo, mas incorporando-os. A integração desses conceitos favorece compreender a realidade que nos circunda. Uma representação social possui duas faces que se estruturam: a figurativa e a significação, pois cada figura está ligada a

um sentido e vice-versa, favorecendo a percepção da relação entre o objeto identificado e a sua interpretação. Na esfera social, dentre vários tipos de conhecimento, chamamos a atenção duas formas: o conhecimento reificado e o consensual. O primeiro se refere ao conhecimento científico e ao especializado e é tido como um saber "autêntico", que não admite contradição. Este tipo de conhecimento é restrito a uma pequena parcela da comunidade – a científica ou técnica. Já o segundo tipo diz respeito ao conhecimento não especializado, sendo denominado saber "ingênuo", ou como é conhecido universalmente "senso comum", uma forma de saber presente na maioria da população (1). Um aspecto importante desta forma particular de conhecimento é que ela gera atitudes, opiniões e crenças (4).

A teoria das representações sociais reconhece o valor da dimensão subjetiva, o aspecto cognitivo do indivíduo, que segundo esta perspectiva interfere nas práticas sociais, nas atitudes e condutas relativas ao objeto da representação. A pesquisa que usa essa teoria como referencial teórico focaliza sua atenção no conhecimento dos participantes do estudo, enquanto conhecimento importante para se compreender o cotidiano deles. O referencial da TRS permite esclarecer como se dá o processo de assimilação dos fatos que ocorrem no meio, como eles são compreendidos pelos indivíduos e grupos e como o conhecimento construído sobre esses fatos são expressos por meio de sua comunicação e em seus comportamentos. A diversidade de enfoques teóricos e metodológicos é uma característica marcante da enfermagem. Entre eles se destaca a teoria das representações sociais (TRS), que é muito empregada nesta área, devido à possibilidade de o pesquisador captar a interpretação dos próprios participantes da realidade que se almeja pesquisar, levando à compreensão das atitudes e comportamentos de um determinado grupo social frente a um objeto psicossocial. Considerando que a representação social favorece conhecer a prática de um determinado grupo, ela permite à enfermagem realizar intervenções que, por respeitarem as características específicas de cada segmento social, serão mais eficientes.

OBJETIVO

Com base no exposto, foi delimitado como objetivo deste estudo teórico: refletir sobre o método de história de vida como uma estratégia metodológica para captação de representações sociais.

As representações sociais – uma reflexão teórica

A TRS teve seu início na França, na década de 1950, quando o pesquisador Serge Moscovici buscou entender como a psicanálise, uma ciência nova, era compreendida pela sociedade dessa época. A partir desse estudo, ele conseguiu compreender como um objeto científico torna-se senso comum. Esse fato foi levado a público em sua obra "A psicanálise, sua imagem e seu público", que lhe concedeu o título de "pai das representações sociais" (1).

Essa teoria baseou-se no conceito de representações coletivas do sociólogo Émile Durkheim, criado em 1912 e apresentado na publicação "As formas elementares da vida religiosa". Esse estudo foi desenvolvido em uma tribo australiana, tendo como objetivo captar o entendimento desse grupo sobre suas práticas religiosas. Para ele, as representações coletivas são um saber que surge no meio social, sendo compartilhadas pelos indivíduos de um grupo, favorecendo o pensamento e as ações de maneira uniforme, transcendente, impondo-se ao indivíduo. Sendo assim, as representações coletivas são estáveis, o que nos leva a pensar em uma sociedade primitiva estática, que não pode ser modificada por práticas individuais. Por tal motivo, essa teoria foi rejeitada pela comunidade científica por quase meio século(5). A Teoria das Representações Coletivas foi criada por Durkheim como um esforço de estabelecer a sociologia como uma ciência autônoma, sendo defendida por ele uma dicotomia entre as representações individuais e coletivas, ficando as primeiras alicerçadas no campo da psicologia e as últimas como objeto de estudo restrito à sociologia (6). Para Durkheim, as representações coletivas se separam das representações individuais. Estas são próprias de cada indivíduo, tendo a consciência individual de cada um, enquanto que as outras têm a sociedade na sua totalidade. Na sua concepção, o meio social não pode ser alterado por representações individuais. Moscovici esclarece que a concepção é verdadeira, mas somente nas sociedades primitivas, conforme a tribo australiana estudada por Durkheim, pois na sociedade moderna isso não ocorre, por conta desta sofrer influência das representações individuais e vice-versa (7).

Segundo Duveen, o sociólogo elaborou suas ideias com certo euforismo ao afirmar que, sempre que um objeto social é explicado por um fenômeno psicológico, seguramente essa explicação não é detentora de veracidade, o que contribuiu para uma crise na psicologia social que perdura até hoje. Por tal motivo, as representações coletivas de Durkheim mostraram-se uma herança ambígua para a psicologia social (6). Moscovici, por não concordar com a premissa de Durkheim, criou uma nova teoria que passa a conceber o indivíduo como um ser responsável pela criação de uma forma de conhecimento que orienta suas práticas cotidianas, o que favoreceu a compreensão de uma sociedade dinâmica, que se altera por conta de representações individuais(8). A Teoria das Representações Sociais tem como premissa que um determinado fenômeno, quando inserido no cotidiano, torna-se social, sendo, também, considerado psicológico, pois é explicado pelo indivíduo que está inserido neste cotidiano. Este novo fenômeno não é exclusivamente sociológico, nem unicamente psicológico; é, sim, um objeto psicossociológico. Para Moscovici, não existe a dicotomia entre o meio social e o psicológico referenciada por Durkheim. Moscovici evidencia o ponto de vista de Durkheim, quando nos relata que:[...] as representações coletivas abrangiam uma cadeia completa de formas intelectuais que incluíam ciência, religião, mito, modalidades de tempo e espaço, etc. De fato, qualquer tipo

de idéia, emoção ou crença, que ocorresse dentro de uma comunidade, estava incluído. Isso representa um problema sério, pois pelo fato de se querer incluir demais, inclui-se muito pouco: querer compreender tudo é perder tudo (8).

O autor esclareceu que, devido a Durkheim seguir a tradição aristotélica e kantiana, essas concepções o fizeram conceber em um caráter bastante estático as representações coletivas. Sendo assim, as representações, em sua teoria, são como o adensamento da neblina, ou, em outras palavras, elas agem como suporte para muitas palavras ou idéias – como as camadas de um ar estagnado na atmosfera da sociedade (8). Moscovici, por discordar deste caráter estático do meio social defendido pelas representações coletivas e por perceber a influência da interação dos indivíduos no meio em que vivem, passou a concebê-las "como estruturas dinâmicas, operando em um conjunto de relações e de comportamento que surgem e desaparecem, junto com as representações". Para ele, o dinamismo presente em nossa sociedade contemporânea evidencia a característica móvel e circulante – a plasticidade das representações, não coletivas, mas, sim, sociais (8).

No sentido clássico, as representações coletivas se constituem em um instrumento explanatório e se referem a uma classe geral de idéias e crenças (ciência, mito, religião, etc.), para nós, são fenômenos que necessitam ser descritos e explicados. São fenômenos específicos que estão relacionados com um modo particular de compreender e se comunicar – um modo que cria tanto a realidade como o senso comum. É para enfatizar essa distinção que uso o termo "social" em vez de "coletivo" (9)

As representações sociais favorecem ao indivíduo a inserção no seu cognitivo de um fenômeno social não-familiar, que por ser desconhecido gera medo e ansiedade. Por tal motivo, é necessária a sua assimilação, para que possa se tornar familiar. Isso se faz quando se apresenta uma nova forma de conhecimento reificado, que a partir de sua apresentação a um determinado grupo social é reelaborado, tomando-se uma nova forma de conhecimento denominado de consensual, surgido a partir do consenso entre os membros de um determinado grupo social.

As representações sociais são definidas como uma modalidade de conhecimento particular que tem como função a elaboração de comportamentos entre indivíduos. O autor compreende que o cognitivo do indivíduo e sua interação no meio social contribuem para sua transformação, ou seja, as representações individuais, quando compartilhadas com o seu grupo de pertença, tornam-se sociais, favorecendo não somente a compreensão de uma realidade nova, como também sua aceitação(1). Para Jodelet, as representações sociais são: [...] uma forma de conhecimento socialmente elaborada e compartilhada, que tem objetivo prático e contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda "saber ingênuo", natural, esta

forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico. Entretanto, é tida como um objeto de estudo tão legítimo quanto este, devido à sua importância na vida social e à elucidação possibilitadora dos processos cognitivos e das interações sociais. A autora ainda reconhece que as representações sociais: [...] enquanto sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros – orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais. Da mesma forma, elas intervêm em processos variados, tais como difusão e a assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão de grupos e as transformações sociais (9).

Este ponto de vista nos mostra que as representações sociais têm a função de interpretar a realidade que nos cerca, orientando nossas atitudes, e a do grupo que pertencemos com os demais grupos vigentes na sociedade. Evidenciamos que uma representação social está presente no imaginário, tendo como reflexo os comportamentos de um referido grupo em relação a um objeto psicossocial.

A teoria e o seu vínculo com o indivíduo e seu grupo de pertença

A TRS define o indivíduo como essencialmente social; ela é abrangente, pois utiliza conceitos sobre atitudes, opiniões, imagens e outras formas do conhecimento, não excluindo, mas incorporando-os. A dimensão desses conceitos favorece compreender a realidade que nos circunda. Moscovici afirma que uma representação social possui duas faces que se estruturam: a figurativa e a significação, pois cada figura está ligada a um sentido e vice-versa, favorecendo a percepção da relação entre o objeto identificado e a sua interpretação (1).

Na esfera social, circulam duas formas de conhecimento: o reificado e o consensual. O primeiro se refere ao conhecimento científico e é tido como um saber "autêntico" que não admite contradição, mas restrito a uma pequena parcela da comunidade – a científica. Já o segundo diz respeito ao conhecimento popular, sendo denominado saber "ingênuo", ou como é conhecido universalmente "senso comum", uma forma de saber presente na maioria da população (1). O senso comum é uma forma de conhecimento produzido espontaneamente pelos membros de um grupo e fundado na tradição e no consenso. Este é uma forma de conhecimento que é diferente do científico, mas que é adaptado ao dinamismo do mundo (10). Jodelet evidencia que esta nova forma de conhecimento, além de ser denominado como "saber do senso comum" e "saber ingênuo", também pode ser chamado de "natural". Essa nova modalidade de saber difere do conhecimento erudito, do saber reificado. Porém, é tido como objeto de estudo igualmente legítimo, por ter relevância para a vida social e por favorecer o entendimento dos processos cognitivos e das interações sociais (9). O conhecimento reificado serve como uma forma de matéria-prima para a construção do

saber consensual, mas, apesar desta relação, o senso comum não representa na íntegra o conhecimento reificado. É, sim, uma nova forma de conhecimento que gera atitudes, opiniões e crenças (10).

Apesar de as ações do cuidar de enfermagem estarem alicerçadas no conhecimento reificado, ressalto que, para desenvolver medidas preventivas do uso do álcool entre os adolescentes, é necessário acessar o conhecimento consensual destes sobre as bebidas alcoólicas, por ter um caráter prático, sendo, portanto, significativo por trazer o conteúdo cognitivo que esses jovens detêm sobre o ato de consumir o álcool. Esse saber do senso comum possibilita à enfermagem conhecer as múltiplas dimensões do problema, pois somente implementamos cuidados preventivos a uma realidade conhecida e reconhecida. Os processos de construção de uma representação social.

Uma representação social é construída por meio da aplicação de dois processos: a objetivação e a ancoragem. O primeiro consiste no ato de transformar um conceito abstrato em algo concreto, já a ancoragem é a inclusão de um objeto novo no repertório cognitivo do indivíduo, por meio da ancoragem desta nova forma de conhecimento a um pré-existente. A partir deste momento, o não-familiar torna-se familiar (8). A objetivação é constituída por três etapas, que são: a construção seletiva – é a escolha das ideias que irão pertencer ao grupo, obedecendo aos critérios normativos estabelecidos por este para construção do senso comum; a esquematização estruturante – é a presença de um núcleo figurativo que favorece a representação, a estabilidade e a organização; e a naturalização – é o ato de tornar real o que era abstrato. Moscovici estabelece ainda quatro momentos para a objetivação: o 1º é o desejo – vontade que o indivíduo tem de se aproximar do objeto, dar um valor a ele; o 2º é a avaliação – classifica o valor para o objeto de acordo com o grau de 'desejabilidade' ou aversão a este; o 3º é a demanda – permite dar uma qualidade ao objeto; e o 4º é a troca – ato de reciprocidade entre os sujeitos que têm interesses comuns, propiciando a formação de grupos. Apesar da complexidade da objetivação, esse é um processo que realizamos a todo o momento, pois é necessário materializar um objeto para podermos conhecê-lo (5).

A ancoragem, semelhante à objetivação, possui três elementos: a atribuição de sentido – significação que se dará a um objeto; a instrumentalização do saber – utilização do saber fornecido pelo objeto para entendimento do mundo; e o enraizamento do pensamento – o conhecimento novo é atrelado a um pré-existente e, após sua familiarização, passa a integrar o cognitivo do indivíduo. Jodelet define as cinco características fundamentais das representações sociais: elas são sempre de um objeto, têm caráter imaginante, simbólico e significativo, são construtivas, autônomas e criativas (9).

Em relação ao entendimento dos campos de pesquisas, nessa abordagem, Wagner aponta três que se encontram

imbricados com a denominação “topografia da vida moderna” – a popularização do conhecimento científico, como um campo numeroso de objetos culturalmente construídos, com o mesmo valor dos seus modernos e que tem um significado maior e de vida social curta. Para ele, as representações sociais só devem ser consideradas como tais quando obedecem aos seguintes critérios: ter um consenso entre o grupo direcionado às suas funções, ser relevante, orientar suas práticas, favorecer a harmonia entre seus membros e permitir a sua delimitação (11).

As representações sociais propiciam as constantes modificações das relações sociais e das práticas de um grupo devido a responderem a quatro funções essenciais: a função do saber (compreendem e esclarecem a realidade), a identitária (as características que identificam e protegem o grupo), a orientação (guiam os comportamentos e as práticas do grupo) e a função justificatória (explicam as ações do grupo). Estas permitem a um grupo entender uma realidade, manter sua integridade, direcionar e fundamentar suas práticas (5). A partir do exposto, percebemos a importância desta teoria para a explicação de uma realidade por quem contribui para sua criação e/ou modificação, fato este que ocorre pela formação do senso comum e das práticas que ele orienta. Cabe lembrar que essas práticas normatizam as regras para se pertencer a um determinado grupo. O caminhar teórico-metodológico das representações sociais reconhece o valor do subjetivo, o cognitivo do indivíduo, que depois de inserido no meio social transforma suas representações, que se tornam conhecidas práticas, atitudes etc. A pesquisa que aplica as representações sociais como referencial teórico possibilita aos sujeitos falarem sobre o objeto, reconhecendo como legítimo o conhecimento por eles gerados. O referencial conceitual da Teoria da Representação Social permite esclarecer como se dá o processo de assimilação dos fatos que ocorrem no meio, como eles se interiorizam no sujeito, sendo posteriormente exteriorizadas por meio de sua comunicação e em seus comportamentos.

O método de história de vida

A captação dos dados foi realizada pelo método de história de vida, constituindo-se de fontes de relatos orais. Esse método é tido como uma vertente da história oral que se compõe como um autêntico e eficiente instrumento de investigação quando o pesquisador atribui um aspecto científico a seu estudo.

A obra precursora a empregar o método da história de vida foi a dos sociólogos W. I. Thomas e F. Znaniecki, em 1918, intitulada *The Polish Peasant in Europe and América*, tendo como objeto central o processo de organização e reorganização dos poloneses ao se inserirem na cultura americana. Esse estudo foi pautado em fontes orais e documentais e possibilitou compreender a interpretação dos emigrantes poloneses a partir da significação subjetiva que eles denotavam às suas ações. Essa obra é relevante

devido a ser considerada a pedra angular da sociologia americana, sendo expressiva para a validação da história de vida como método (12).

Nesse período, surge a Escola de Chicago, que teve sua pesquisa marcada pela aspiração de produzir conhecimentos favoráveis para a solução de problemas sociais concretos presentes no cenário da cidade de Chicago. Ainda neste contexto, surge a teoria do interacionismo simbólico, de George Herbert Mead, que focaliza a natureza simbólica da vida social – traço prontamente percebido na metodologia dos estudos produzidos pela Escola de Chicago. O método de história de vida consiste na narrativa contada pelo sujeito, servindo como ponte de interação entre o indivíduo e o meio social, tendo como sua principal característica a preocupação com o vínculo entre pesquisador e sujeito. Assim, ocorre uma produção de sentido tanto para o pesquisador quanto para o pesquisado. Os autores destacam que a coleta de dados se inicia a partir da vontade do entrevistado de contar sua vida. Para que isso ocorra, solicita-se ao sujeito que conte sua história, como achar melhor. Esse sujeito será selecionado a partir das relações já estruturadas pelo pesquisador no cenário do estudo, assim como o seu desejo de participar. Essa relação que vai sendo estabelecida é fundamental para a construção de sentidos – trata-se da interlocução (13).

Segundo Haguette, o método de história de vida está inserido na metodologia de abordagem biográfica, relacionando dois aspectos metodológicos, pois pode ser empregada como documento ou como técnica de captação de dados. Adiciona-se, nas duas perspectivas, a produção de sentido – importante proposta da aplicação deste método. O acesso aos fenômenos a serem analisados pelo pesquisador somente se materializa quando ele participa ativamente, como agente, do mundo a ser examinado, pois esses fenômenos são exatamente as produções sociais significantes, estabelecidas pelos agentes. Descubra-se, nos aspectos metodológicos, uma ampla inovação indicada pelo interacionismo simbólico, quando recomenda abdicar o espaço do saber ao ator social, impetrando que o conhecimento necessita ser erigido a partir das interpretações e dos significados daqueles que estão inseridos no objeto social a ser estudado. O conhecimento de determinada prática somente fará sentido se apreendido dentro de seu contexto, na realidade em que é experimentada. Assim, a sociologia se faz amparada na prática dos indivíduos (14). A história de vida não pode ter um sentido, mas, sim, vários, pois o relato não corresponde necessariamente ao real, a vida não é uma história. O que importa é o sentido que o sujeito dá a esse real, de forma que o momento de análise posterior dê conta do indivíduo como social. O relato colhido é uma “produção de si” que o sujeito elabora e não uma “apresentação de si”. A maneira como o indivíduo conta oferece o acesso a outras dimensões, como a sociológica, a ponte entre sujeito/coletivo. Ao contar sua vida, o sujeito fala de seu contexto – fala do processo por ele experimentado, intimamente ligado à conjuntura social onde ele se encontra

inserido. Ao se trabalhar o vivido subjetivo dos sujeitos, através do método de história de vida, temos acesso à cultura, ao meio social, aos valores que ele elegeu e, ainda, à ideologia (15). O método de história de vida se compõe de uma narrativa, incumbindo ao narrador dar uma explicação pessoal aos fatos vividos, isto é, o pesquisador escuta uma alocação na qual o sujeito relata sobre a representação que tem dos fatos de sua vida, conforme suas crenças. É um trabalho de interpretação, no qual o perceptivo vai motivar desde a seleção dos fatos até os significados atribuídos a eles, pois o narrador conta sua vida hierarquizando, valorizando e reforçando aspectos, imprimindo sua visão pessoal e subjetiva. Bertaux cita que, nos anos de 1970, o desejo pelo uso dos testemunhos pessoais na pesquisa social cresceu e, com isso, diversos estudos com a finalidade de colocar a ordem conceitual e metodológica à história de vida apareceram no cenário da produção científica. A partir deste período, houve um movimento em direção aos métodos qualitativos. O interesse pelo indivíduo como ator, em situações especiais, apareceu tanto no plano da ciência, quanto dos meios de comunicação de massa, colocando em destaque o vivido, o típico, o regional (16).

No campo atual da abordagem biográfica, duas questões merecem um aprofundamento: o número de entrevistas e o objeto de estudo. O número de pessoas interrogadas pode ser de um a mais de cem, a fim de que se busque a solução deste problema no conceito de saturação, processo que se opera não no plano da observação, mas dentro do plano das representações que o pesquisador constrói paulatinamente partindo de seu objeto de pesquisa e que surge depois de determinado número de entrevistas realizadas. Pode-se dizer que o ponto de saturação foi atingido quando o pesquisador tem a impressão de não apreender nada de novo no que se refere ao objeto de estudo, considerando que ele não pode atingir a saturação sem que tenha procurado diversificar ao máximo seus informantes. Em relação à segunda questão, é possível afirmar que realmente o uso da história de vida, como forma de pesquisa, tem evoluído com o passar do tempo e, atualmente, uma das características desse método é a grande diversidade dos objetos teóricos. Comprovamos isso num breve levantamento bibliográfico na área de enfermagem. Este levantamento mostrou que o método história de vida, apesar de ter começado a ser empregado recentemente nas pesquisas da área, já apresenta uma variedade de objetos de estudo (16). Outro aspecto importante sobre o método história de vida é a sua amarração com a memória, mais precisamente com a memória social. Sá refere que a memória tem sido fortemente explorada pela filosofia e, atualmente, é um conceito mais amplo das ciências da cognição, das neurociências e da informática. A memória tem sido ajustada como objeto de estudo não só para explicar o funcionamento de organismos vivos e de máquinas, mas também da sociedade, da história, da cultura, da arte, da política e da literatura. Na psicologia, tem sustentado a pesquisa experimental de procedimentos básicos, tais como: a teoria psicanalítica, a psicologia discursiva e os estudos cognitivos de caráter naturalista.

Por fim, o empenho pela memória adentra hoje a vida cotidiana de um modo, quiçá, nunca notado anteriormente. Ainda que a Psicologia Social já tenha ensaiado uma pesquisa precursora da memória no microcosmo social da vida cotidiana, com F. C. Bartlett, nos anos de 1930, somente há pouco mais de uma década esta disciplina congregou-se ao conhecimento das ciências humanas. A quantidade e heterogeneidade de perspectivas teórico-conceituais – restauradas e emergentes – cooperam para acrescentar cada vez mais à complexidade dessa forma de saber acadêmico (17). Moscovici, em seu estudo sobre as representações sociais da psicanálise, já apontou a abertura para tal enfrentamento no campo do pensamento social. Do mesmo modo, não se deve continuar somente na psicologia, mas procurar formulações conceituais e teóricas complacentes onde quer que se localizem. Pelas condições de análise e viés conveniente das diversas disciplinas, cumpre aos psicólogos sociais restaurar o estudo nos seus próprios termos. É nesse aspecto que, a partir do exame de diferentes formulações – de variadas origens e níveis de análise – sobre a memória e construções afins, selecionadas por sua especial pertinência para a reconstrução psicossocial, propõe-se a presente circunscrição conceitual do domínio da memória social (18). A memória pode ser vista como um conceito, oriundo de uma antiga psicologia filosófica, que se expandiu de modo a abarcar uma quantidade de fenômenos ou mesmo de temáticas ou hipóteses de trabalho científico. Nesse sentido, numerosos envoltimentos acadêmicos, bem como as incursões leigas sobre o assunto, têm produzido uma rica e diversificada adjetivação dos fenômenos ou manifestações da memória em sociedade (18). Portanto, pode-se nomear como “memória social” o completo conjunto dos fenômenos ou interesses sociais da memória. Essa disposição de atribuir um estilo “guarda-chuva” característico ao termo “memória social” se explica, em primeiro lugar, por se acreditar que, se um domínio de fenômenos realmente existe, é apropriado que ele possa ser aproximado por uma designação genérica e abrangente (19). No ponto de vista psicossocial, a adjetivação “social” parece ser a mais adequada, embora se precise destituir o termo de sua distinção sociológica como uma “memória da sociedade”, a qual já é apreciada pelas variadas noções de acervo e de patrimônio – cultural e histórico, material e imaterial. Posteriormente, o termo já vem auferindo essa prioridade aglutinadora na literatura sobre a “memória na sociedade”, quando mais não seja por uma questão de economia verbal, sempre que não se tem querido ou precisado especificar um domínio próprio de mobilização ou circunstâncias específicas de produção, transmissão e esquecimento. Assim, quando se fala em memória social, pode-se estar falando de muitas coisas, não necessariamente muito diferentes entre si, mas distinguíveis em função de variados critérios, como se vê nas memórias da memória social (19). A memória social possui instâncias variadas e, entre elas, temos as memórias pessoais. Este termo é usado para indicar aqueles atos de recordação que tomam como objeto a história de vida de cada indivíduo e que se encontram num passado pessoal (18). Porém, a

preferência pelo termo “pessoais”, em lugar de “individuais”, se deve a que nele próprio já está embutida uma dimensão social. De fato, na literatura corrente em psicologia social, a referência à “pessoa” implica reconhecê-la como produto de processos de socialização, como ocupando posições e desempenhando papéis sociais, como dotada de uma identidade construída através da interação social e como reflexivamente consciente desta. São essas mesmas condições sociais da constituição e funcionamento das pessoas que se encontram presentes na construção, reconstrução e atualização das suas memórias. Em termos de pesquisa empírica, as memórias pessoais são estudadas sob o rótulo de memórias autobiográficas. Incluem-se aí as histórias de vida que supõem um esforço de reconstrução global e tão completo quanto possível da memória pessoal – mas também a recuperação de episódios específicos –, a qual, para distinguir das primeiras, já foi chamada de *recollective memory* (19). Dessa forma, pode-se perceber a relevância do método histórico, centrado na história de vida dos sujeitos pesquisados, como forma de se compreender a relação do seu passado com a construção de suas representações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A TRS é uma estratégia de se implementar modelos assistenciais que valorizem as comunidades para as quais foram criadas, pois será centrada em seu cotidiano. Porém, esta realidade somente será possível por meio da valorização do conhecimento consensual da população afetada, pois o

senso comum favorece estruturar formas interventivas, mais eficientes e eficazes por serem horizontalizadas, e, assim, respeitarem a carga cultural do grupo social pesquisado.

É importante destacar que a TRS, devido ao seu caráter prático e elucidativo, pode ser compreendida como uma forma de tornar este serviço de saúde mais próximo, no que se refere à valorização do conhecimento consensual, das comunidades às quais são indicadas. Cabe elucidar que a TRS é usada de forma equivocada como um método, porém a mesma não o é, sendo sim uma teoria que pode fazer uso de vários métodos. Lembrando que o que vai condizer o método que vai ser empregado na teoria dar representações sociais são diversos dentre os quais cito o método de estudo de caso que preconiza um número de sujeitos inferior a trinta indivíduos, e o de levantamento de dado quando se trabalha com uma amostra maior do que trinta depoentes.

A partir do exposto destaca-se o emprego do método de história de vida é ideal para se captar representações sociais visto o mesmo propiciar que o indivíduo relate toda sua ligação com o objeto psicossocial estudado. História de vida é um método no qual a pessoa relata a sua história pessoal com enfoque no tema que o pesquisador procura analisar e compreender. Esse método permite compreender as formas de consciência popular, assim como a formação das representações e seus respectivos valores sociais, além de propiciar conhecer o desenvolvimento de atitudes nas diversas fases de desenvolvimento do indivíduo pesquisado.

REFERÊNCIAS

1. Moscovici S. Representação social da psicanálise. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
2. Coelho MS, Silva DMGV, Padilha MIS. Representações sociais do pé diabético para pessoas com diabetes mellitus tipo 2. *Rev Esc Enferm USP* 2009, 43(1):65-71.
3. Jodelet D. Representações sociais: um domínio em expansão. Jodelet D. (Org.) *As representações sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001: 17-44.
4. Arruda A. Pesquisa em representações sociais: a produção em 2003. In: Menin MSDS, Shimizu AM. (Orgs.) *Experiências e representação social: questões teóricas e metodológicas*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005. p:100-120.
5. Nóbrega SM. Sobre a teoria das representações sociais. In: Moreira ASP. (Org.) *Representações sociais: teoria e prática*. João Pessoa: UFPB, 2001. p: 50-61
6. Duveen G. Uma psicologia social do conhecimento. In: MOSCOVICI, S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003. p: 10-23.
7. Moscovici S. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: Jodelet D. (Org.) *As representações sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
8. Moscovici S. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.
9. Jodelet D. (Org.) *As representações sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.
10. SÁ CP. *A Construção do objeto de pesquisa em representações sociais*. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.
11. Wagner W. Descrição, explicação e método na pesquisa das representações sociais. In: Guareschi P, Jovchelovith S. (Orgs.) *Textos em representações sociais*. 7ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
12. Barros VA, Silva LR. A pesquisa em História de Vida. In: Goulart IB (Org.) *Psicologia Organizacional e do Trabalho: teoria, pesquisa e temas correlatos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. p:90-102.
13. Goldenberg M. *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais*. 3.ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.
14. Haguette TM. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1992.
15. Preuss MR. *A Abordagem Biográfica – História de Vida – na Pesquisa Psicossociológica*. *Revista Série Documental*. 1997. 7(8): 20-32.
16. Bertaux D. *Los relatos de vida: perspectiva etnosociológica*. Barcelona: Edicions Bellaterra, 2005.
17. Sá P. Sobre a Psicologia Social no Brasil, entre memórias históricas e pessoais. *Psicologia & Sociedade*. 2007 19(3):7-13.
18. Sá P. Sobre o Campo de Estudo da Memória Social: uma perspectiva psicossocial. *Psicologia: Reflexão e Crítica* 2007b 20(2):290-95.
19. Sá P. *Memória, imaginário e representações sociais*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.